

ACEF/2122/0901027 — Relatório final da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Sofia Miguens

João Constâncio

Edmundo Manuel P. Balsemão Pires

Pirmin Stekeler-Weithofer

João Almeida Gouveia

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Universidade Católica Portuguesa

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Faculdade De Ciências Humanas (UCP)

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Filosofia

1.4. Grau:

Licenciado

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5. DR_1.5.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Filosofia

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

226

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

<sem resposta>

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

<sem resposta>

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

180

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

6 Semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

40

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

<sem resposta>

1.11. Condições específicas de ingresso. Os candidatos devem reunir os requisitos gerais de acesso ao ensino superior público: ser titulares de um curso secundário ou de habilitação equivalente; fazer provas de ingresso (exames nacionais) da disciplina de Filosofia ou Português ou História. Nota mínima de candidatura: 95 pontos (0 a 200). São também admissíveis, mediante análise feita caso a caso, candidatos já licenciados, pedidos de mudança de curso e de transferência de outra instituição de ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro. Existe ainda um exame da Faculdade de Ciências Humanas da UCP para candidatos com mais de 23 anos que nunca tenham estado matriculados em instituições de ensino superior.

1.12. Regime de funcionamento.

Outros

1.12.1.Outro:Blended-learning

1.13.Local onde o ciclo de estudos é ministrado:Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Católica Portuguesa, campus de Lisboa

1.14.Eventuais observações da CAE:<sem resposta>

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1.Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2.Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Sim

2.3.Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Sim

2.4.Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5.Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Em parte

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1.Apreciação globalO corpo docente é constituído por 8 professores doutorados, 6 deles em tempo integral na instituição. Relativamente às posições na carreira docente, assinala-se que do total 6 são Professores Auxiliares, 1 Associado e 1 Catedrático. Dos 6 Professores Auxiliares, 2 são convidados em regime de prestação de serviços a 25 e 22%. A representação proporcional dos graus da carreira docente universitária terá de ser ajustada, pois não obedece à proporção recomendada de Professores Associados e Catedráticos para Auxiliares.

Há um professor a que está atribuída a docência de 7 unidades curriculares, 6 delas neste ciclo de estudo, aparentemente sem co-docência. Uma professora leciona também 7 unidades curriculares, neste e em outros ciclos de estudo, sem co-docência. Outro professor tem atribuídas 8 unidades curriculares, 5 delas neste ciclo de estudos. Um último leciona 9 unidades curriculares. Esta carga horária pode ser excessiva. Refira-se que aos docentes é pedida colaboração em outros cursos e licenciaturas, que poderá ter de ser reequacionada para equilibrar o esforço global em número de horas e unidades curriculares.

Para além destes desequilíbrios, a resolver em sede de distribuição de serviço docente, nem sempre se constata um alinhamento adequado entre os conteúdos e temas das publicações dos professores e as unidades curriculares lecionadas.

As publicações do corpo docente têm sido em temas variados, mas essencialmente em língua portuguesa, com valor pouco expressivo os artigos, capítulos de livros e livros publicados fora do país em editoras e revistas indexadas, de qualidade reconhecida.

2.6.2.Pontos fortes1. O grupo de docentes que presta serviço na instituição tem habilitações académicas adequadas à lecionação de unidades curriculares de 1º ciclo.

2. Há um número significativo de jovens professores, o que augura uma evolução favorável e sustentada do corpo docente.

2.6.3.Recomendações de melhoria1. É imperativa a alteração de serviço docente no sentido de atribuir cargas horárias e unidades curriculares por docente dentro de limites razoáveis e atendendo às especializações dos docentes atuais assim como daqueles que tiverem de ser contratados.

2. A proporção do número de Professores Auxiliares relativamente aos Associados e Catedráticos tem de evoluir no sentido das recomendações legais e das aspirações legítimas de progressão na carreira. Só assim se podem colher os proveitos da juventude atual do corpo docente, nomeadamente no que se refere ao incremento em número e melhoria em qualidade das publicações.

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1.Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2.Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

3.3.Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Em parte

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1.Apreciação global O pessoal não docente é constituído por 4 funcionários, em dedicação exclusiva, distribuídos pelos principais serviços afetos ao curso, 2 deles com qualificações académicas do Ensino Secundário e os outros 2 com Licenciaturas.

3.4.2.Pontos fortesA dedicação exclusiva dos 4 funcionários pode ser uma garantia de sustentabilidade e experiência profissional.

3.4.3.Recomendações de melhoriaN/a

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1.Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Em parte

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global O número de vagas abertas tem sido de 40 nos 3 anos a que se refere a alínea 5.2. do relatório de autoavaliação. No ano corrente e no penúltimo ano só ficaram preenchidas 45% das vagas, com 18 candidatos. No último ano, 26 candidatos para 40 vagas, numa taxa de 65%. Estes dados querem dizer que o número de vagas supera sistematicamente o número efetivo de candidatos. Uma vez que o número de candidatos não oscila significativamente, não se pode afirmar que o curso não tem tido uma procura consistente. O que pode inferir-se é que a coordenação do curso tem mantido expectativas demasiado otimistas (40 vagas a concurso) em relação à procura efetiva (sempre abaixo de 30 candidatos).

O facto de muitos candidatos que demandam o curso terem já outros diplomas universitários é um bom indicador quanto às capacidades potenciais dos alunos.

4.2.2. Pontos fortes 1. O número de estudantes no ciclo de estudos proporciona uma relação favorável professor/aluno.

2. Não sendo baixa, a nota média de entrada dos estudantes pode ser um indicador positivo, a apontar boas capacidades intelectuais, assim como o facto de muitos já possuírem diplomas universitários.

4.2.3. Recomendações de melhoria 1. A coordenação do curso deve reequacionar as expectativas sobre a procura do curso que exprime na abertura de 40 vagas/ano. Os dados disponíveis revelam que é um valor excessivo. Descer o número de vagas para 30/ano será mais consentâneo com a evolução previsível da procura e evita vagas sobranes todos os anos.

2. A aposta em estratégias de divulgação internacional, mais eficazes, justifica-se não só pelo formato b-learning do curso como também pela necessidade de captação de novos públicos.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Em parte

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Não

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global De acordo com os dados disponibilizados, o número de graduados tem-se mantido baixo e estável, com 4 no antepenúltimo ano, 8 no penúltimo e 4 no último ano.

O sucesso escolar não é, por conseguinte, elevado, com taxa de sucesso abaixo de 50% para os valores estimados de alunos inscritos dos últimos 3 anos.

A coordenação de curso revela-se desapontada com o número de graduados/ano.

A empregabilidade é de 100%, alegando-se como uma das razões o facto de o curso ser frequentado por estudantes que já exercem uma atividade profissional.

5.3.2.Pontos fortes- O facto de um número significativo de estudantes ter já atividade profissional é não só positivo em termos de empregabilidade como favorável no que se refere à maturidade intelectual com que acompanham o curso.

5.3.3.Recomendações de melhoriaDentro das possibilidades da coordenação do curso, devem adotar-se estratégias no sentido de conseguir que um maior número de estudantes termine a sua graduação, como por exemplo:

1. através da personalização do estudo, envolvendo acompanhamento de maior proximidade, sobretudo na passagem do 2º para o 3º ano;
2. um agendamento das reuniões tutoriais mais exigente e com fixação de objetivos pedagógicos a atingir;
3. atribuição de prémios aos melhores alunos finalistas.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1.Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Sim

6.2.Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Em parte

6.3.Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Em parte

6.4.Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Sim

6.5.Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Em parte

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1.Apreciação globalAs atividades científicas estão associadas ao centro de investigação “Centro de Estudos Filosófico-Humanísticos”, classificado com BOM, em que estão integrados como

investigadores 7 docentes. A forma actual do CEFH representa por si uma tentativa de lidar com problemas anteriores na investigação na área, na UCP.

Da lista de publicações apresentada é possível concluir que o grupo de professores que leciona neste ciclo de estudos tem um leque variado de interesses teóricos e publica essencialmente em língua portuguesa, em editoras e revistas nacionais, algumas delas da própria instituição. As publicações internacionais ainda são escassas assim como de baixo significado as publicações internacionais e indexadas na SCOPUS ou na WOS. O alcance geográfico das atividades elencadas é regional-nacional, embora com acolhimento de participantes de fora do país nas iniciativas realizadas. As parcerias internacionais decorrem das participações nos grupos de investigação do Centro de Investigação.

6.6.2. Pontos fortes

1. A maior parte dos docentes está integrado no Centro de investigação (CEFH) e desenvolve aqui as suas atividades de investigação.

2. Há um leque diversificado de publicações quanto à temática.

3. As iniciativas desenvolvidas envolvem temas contemporâneos e de interesse para a Sociedade.

6.6.3. Recomendações de melhoria

1. A internacionalização das publicações deve ser uma prioridade no sentido de vencer o número muito baixo de artigos, capítulos de livros e livros publicados em editoras ou revistas com circulação internacional indexadas, verificado atualmente.

2. Evitar mencionar publicações em blogues sempre que se trate de elencos bibliográficos de bibliografia académica.

3. Trabalhar em redes internacionais, não só no sentido de estimular as publicações indexadas, de gerar parcerias e protocolos de cooperação como também no sentido de melhorar a avaliação externa do centro de investigação e de potenciar mobilidade estudantil.

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Não

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Não

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Em parte

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

A mobilidade estudantil (in/out) é inexistente. A mobilidade internacional, globalmente considerada, incluindo alunos e professores, é muito pouco expressiva, praticamente inexistente, não obstante estarem ativos protocolos de mobilidade e um Gabinete de Relações Internacionais na Faculdade.

Relativamente à mobilidade docente, em especial, há a indicação de 1 docente estrangeiro que leciona na Faculdade de Ciências Humanas.

Refere-se, além disto, o facto de a UCP participar em redes internacionais de Universidades Católicas, não se percebendo bem, contudo, o alcance efetivo de tais conexões para o curso, em concreto.

7.4.2.Pontos fortes- A UCP adquiriu na sua história um legado de mobilidade internacional que se reflete na existência de redes de universidades católicas, que pode consistir num conjunto de oportunidades para prosseguir na direção de políticas de mobilidade de estudantes e professores.

7.4.3.Recomendações de melhoria¹. A coordenação do curso e a instituição deverão desenhar estratégias para fomentar mobilidade estudantil e de docentes, aproveitando para o efeito as redes das universidades Católicas e os programas ERASMUS.

2. A mobilidade docente deve ser concertada com o centro de investigação (CEFH) e aproveitada para conseguir oportunidades de publicação e de disseminação internacional.

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1.Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Não (continua no campo 8.2)

8.2.Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Sim

8.3.Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4.Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.5.Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6.Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Não

8.6.1.Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)N/a

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1.Apreciação globalA Universidade em que o curso funciona possui um Manual de Qualidade em que estão identificados e descritos os mecanismos de auto-observação e controlo da qualidade. Estão definidos órgãos responsáveis pelo controlo da qualidade como o Conselho da Qualidade, a Comissão da Qualidade e ainda a Comissão da Qualidade da Unidade Básica vocacionados para aplicar e supervisionar melhorias nos ciclos de avaliação e planeamento. Estão previstos mecanismos de auscultação. Há um Vice-Reitor com o pelouro da qualidade.

O ciclo de estudos possui uma direção de curso que produz os relatórios de autoavaliação e os relatórios anuais, em conformidade com o exigido pela A3ES.

Estão assegurados o sistema e os procedimentos de avaliação dos docentes, bienal, e dos funcionários não-docentes, com a devida regularidade.

8.7.2. Pontos fortes 1. A estrutura de governação descrita no “Manual de Qualidade” é adequada para desenvolver e observar a implementação do “Plano Estratégico” da instituição nos respetivos ciclos de avaliação e planeamento.

2. A existência de um Vice-Reitor do Sistema da Qualidade garante o comprometimento da instituição ao mais alto nível.

3. O ciclo de estudos tem uma direção própria articulada com esse sistema de qualidade.

4. Há sistemas de avaliação do corpo docente e dos funcionários não-docentes.

8.7.3. Recomendações de melhoria N/a

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior Desde a última avaliação, a coordenação do curso e a direção da Faculdade de Ciências Humanas procederam à alteração da estrutura curricular do curso de Filosofia no sentido de oferecer novas unidades curriculares no lugar de outras que resolveram extinguir. A nova estrutura curricular foi publicada em Diário da República, de 6 de Fevereiro de 2018 (2ª série, nº 26). Foram extintas 5 unidades curriculares “Filosofia da Cultura”, “Educação para a Cidadania”, “Teorias da História”, “Filosofia do Trabalho e da Técnica” e “Filosofia da Natureza e do Ambiente”. Criaram-se 4 novas com as designações: “Metodologia do Texto Filosófico”, “Cosmologia”, “Ecologia e Ética do Ambiente” e “Política e Cidadania”. O termo “História” anteposto na designação das unidades curriculares de Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea foi suprimido.

A justificação avançada para a criação das novas unidades curriculares está no relatório de autoavaliação, em 3.2.1., onde, genericamente, se diz que “visou uma atualização do curso em função de áreas de estudo e temáticas que estão na ordem do dia da nossa contemporaneidade”. Em particular, sobre a unidade curricular “Metodologia do Texto Filosófico” diz-se que vai ao encontro da necessidade sentida de apoiar os alunos na escrita de trabalhos científicos.

Alguns dos temas das unidades curriculares extintas parecem prolongar-se nas novas designações, mas outros não. No número de temas e tópicos que se interrompem com a nova estrutura conta-se “Teorias da História”, “Filosofia do Trabalho e da Técnica” assim como a “Filosofia da Cultura”.

Os resultados pretendidos com a unidade curricular “Metodologia do Texto Filosófico” são novamente focados na alínea 6, “Pontos Fortes”, da análise SWOT do relatório de autoavaliação. A aposta nesta unidade curricular parece, por isso, bem enraizada.

Relativamente às outras unidades, não é imediata nem intuitiva a justificação apresentada para a sua criação e podem colocar-se problemas de articulação interdisciplinar (ex: “Ecologia e Ética do Ambiente”), pelo que se recomenda adotar uma monitorização contínua dos programas a lecionar.

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

A análise SWOT apresentada no relatório de autoavaliação apresenta algumas inconsistências e peca por falta de clareza ou concretização em alguns pontos.

1. Depois de observar que o curso se debate com um problema grave de número elevado de desistências, na alínea 3 de 8.1.2., “Pontos Fracos”, da análise SWOT do relatório de autoavaliação, é referido que a maior parte dos alunos “não pretende prosseguir” para ciclos de estudo superiores, com todo o prejuízo decorrente para a sustentação de etapas de leção em 2º e 3º ciclos. O que

é sugerido a partir da observação e o que se antevê pelo referido nos dois constrangimentos (8.1.4.) é que o público que o curso tem atraído, e tenderá a atrair no futuro próximo, demanda-o com vista à obtenção de formação complementar, sem sentir uma especial pressão para o concluir e muito menos para prosseguir além da licenciatura.

Uma leitura prudente destes dados, aliada à observação de uma contração global da procura por 2º e 3º ciclos em Filosofia, não permite extrair a conclusão de que é desejável propor novos cursos de 2º e 3º ciclo na instituição, como decorre da alínea 3, do ponto 8.1.3. e da ação de melhoria 2. do ponto 8.2.1. da análise SWOT.

Para os problemas identificados neste ciclo de estudo devem procurar-se, antes de outras considerações, soluções dentro do ciclo de estudos e em coerência com o que a experiência do passado recente nos ensina. A criação de outros ciclos de estudo não irá resolver os problemas detetados neste.

2. O curso foi acreditado no formato b-learning. Daqui decorre o recurso obrigatório a meios tecnológicos de comunicação à distância e a plataformas eletrónicas de ensino à distância. Tendo em conta o uso sistemático destes meios eletrónicos não é claro o que se pretende com a referência às “áreas de comunicação por ZOOM” para difundir o curso (8.1.3., alínea 1).

3. Não são referidas em concreto as “outras instituições de ensino à distância” com as quais se prevê vir a colaborar para “promover intercâmbio” nem a natureza de tal intercâmbio (8.1.3., alínea 5).

4. Os constrangimentos 1. e 2. da alínea 8.1.4. não possuem qualquer relação com problemas detetados no funcionamento deste ciclo de estudos e constituem uma forte objeção à proposta de criar cursos novos, de 2º e 3º ciclo, na instituição. Por conseguinte, dada a sua formulação, deitam por terra a ação de melhoria nº 2.

5. A ação de melhoria nº 1 (8.2.1.) é considerada apropriada ao fim a atingir, mas a prioridade deve ser elevada e não média.

A proposta de desenvolvimento de 2ª e 3ª ciclos na área não parece prometedora dada a situação diagnosticada no relatório de auto-avaliação.

Pós graduações específicas (como a mencionada - Filosofia para Crianças) serão possivelmente uma melhor estratégia, em termos de captação de público.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular N/a

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável) A CAE considerou cuidadosamente a resposta da coordenação do CE. Mantemos, no entanto, a decisão de propor a acreditação condicional. Acreditamos que a UCP - Lisboa necessita de colmatar algumas lacunas e também de procurar aumentar o número de alunos, caso decida continuar com esta licenciatura em Filosofia em regime B-Learning. A própria coordenação do curso reconhece que tal aumento no número de alunos é possível. Chamamos ainda a atenção para o facto de na resposta existirem aspectos da nossa avaliação que foram retirados de contexto, como é o caso da referência a um docente estrangeiro. A nossa observação dizia respeito à mobilidade docente para lecionar na Licenciatura em Lisboa, e não ao conjunto de docentes estrangeiros da Faculdade. Quanto às publicações internacionais, a fonte utilizada pela CAE para identificação de autores, títulos, datas e locais de publicação foi o relatório de autoavaliação, assim como os ficheiros contendo os currículos dos docentes. Foi assim que a CAE chegou à conclusão de que existiam, de facto, publicações internacionais, mas ainda pouco significativas. A coordenação do curso chama agora a atenção para

a existência de um número importante de publicações internacionais, sem dizer, no entanto, se são aquelas que estavam já listadas e foram tidas em conta. A resposta omite também por quem e quando foram publicados os títulos assim referidos, indicando simplesmente os editores internacionais. Assumimos, apesar disso, que a coordenação do curso não rejeita a necessidade de melhoria nesta área, o que confirma a recomendação da CAE.

11.2.Observações<sem resposta>

11.3.PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1.Apreciação global do ciclo de estudosO Curso de 1^o Ciclo em Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica (Lisboa), acreditado pela A3ES em formato B-learning, com a sua estrutura curricular definida em diploma legal de 6 de fevereiro de 2018, enfrenta vários desafios. Esses desafios são os seguintes: consolidar a sua imagem, atrair novos públicos, internacionalizar e promover a mobilidade de estudantes e docentes, promover o sucesso académico dos estudantes inscritos e, por fim, promover a carreira dos seus docentes, naturalmente suportada por investigação e publicações de qualidade. A Direcção do CE deve definir estratégias em todos estes domínios. Esta CAE faz em seguida algumas observações e sugestões a esse respeito.

1. A divulgação do curso junto de potenciais candidatos deve ter em conta: (1) a sua especificidade (ou seja, o facto de ser um programa de b-learning, único no país); (2) o facto de ser oferecido por uma Universidade Católica, podendo por isso contar com as redes das Universidades Católicas; (3) o facto de poder chegar a um público fora de Portugal. Relativamente a este último ponto, seria desejável que fossem desenhadas parcerias viáveis com outras universidades, nomeadamente universidades católicas, fazendo assim apelo a colaborações concretas com instituições que tenham experiência neste tipo tão particular de ensino.

2. Não deve ser assumido que o ensino à distância interessa apenas a quem não deseja ou não pode deslocar-se dos seus locais de residência habitual. A Direcção do CE deve estudar com atenção o perfil dos actuais alunos, que são profissionais de diversas áreas, que trabalham nessas áreas, e que vivem nos seus locais de residência habitual, procurando reforçar a sua atracção junto deste mesmo público.

3. Este CAE considerou atentamente o atual Regulamento do curso. Queremos reiterar a desejabilidade do cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos para a abordagem b-learning, especialmente a obrigatoriedade de ministrar uma percentagem (significativa) das aulas presencialmente. A Direcção de curso deve ainda certificar-se de que a possibilidade de faltas às aulas presenciais dos alunos é devidamente justificada e não contraria na prática aquilo que o regulamento estipula e também de que os exames previstos têm lugar nas instalações da faculdade. Substituir exames escritos por apresentações orais ou interações online com professores pode criar desigualdades competitivas indesejadas entre os alunos.

4. A Direcção do SC poderá ponderar a criação da possibilidade formal de estudar filosofia ao nível da licenciatura sem que seja necessário obter todos os ECTS exigidos para o grau de licenciado. TCursos de curta duração sobre assuntos particulares, cursos de verão para alunos de graduação e pós-graduação, graus minor que poderiam corresponder a uma especialização em áreas específicas da filosofia ou horas de trabalho que garantam aos alunos um conhecimento elementar sobre as ferramentas do pensamento reflexivo, seriam outras formas, ligadas a esta licenciatura, de reforçar a presença da Filosofia na CH.

5. Dada a natureza do programa, as plataformas de ensino utilizadas devem ser continuamente monitorizadas quanto à qualidade, garantindo a utilização das tecnologias mais úteis e atualizadas disponíveis internacionalmente. As melhores práticas internacionais devem ser conhecidas, resumidas e comunicadas aos docentes; o corpo docente deve ser mantido interessado em atualizar as suas competências técnicas. As ferramentas digitais adotadas devem fornecer fóruns ou espaços online gratuitos para os alunos interagirem. Trocas de ideias e feedback sobre as discussões nas aulas devem ser estimulados. Os professores devem atuar nesses fóruns como mediadores, visando criar e manter discussões criativas dentro e fora da sala de aula. Também devem ser incentivados encontros presenciais para fins de discussão ou simples convívio dos estudantes. Poderia por exemplo ser organizada uma conferência de graduação por ano, na qual os alunos poderiam apresentar o melhor ensaio escrito durante o ano.

6. Os guiões de aulas atualmente fornecidos aos alunos são uma ótima forma de tornar a rotina de estudo do estudante mais fluida e mais segura. No entanto, os estudantes devem também ser estimulados a fazer pesquisas por si próprios, visando nomeadamente, por exemplo, escrever artigos filosóficos originais. Os exames finais escritos não devem ser o único método de avaliação.

7. No que diz respeito ao sucesso académico, a introdução de uma unidade curricular de Metodologia na recente reestruturação curricular pode certamente ter um efeito positivo na aprendizagem. Ainda assim, ela deve ser mediada pela intervenção próxima e constante dos tutores. A preocupação com a proximidade deve ser ainda maior dada a circunstância de o curso não acontece no formato presencial. As medidas recomendadas neste relatório, em 5.3.3., podem contribuir para manter os estudantes no CE, reduzindo a taxa de abandono ou não inscrição nas unidades curriculares. No entanto, o sucesso da intervenção dependerá sempre do envolvimento pessoal e da proximidade entre alunos, tutores e docentes. É esta a chave para este tipo de programa.

8. O número de livros disponíveis em formato físico e digital deve ser aumentado. Um esforço de digitalização deve ser feito ao longo do tempo para garantir que todas as grandes obras disponíveis na biblioteca também estejam disponíveis online para uso dos alunos.

9. A mobilidade e internacionalização dos estudantes deve ser pensada tendo em conta a natureza b-learning do Programa. Também podem ser considerados intercâmbios com universidades de ensino presencial, que exigem deslocamento dos alunos até os seus campi, além de parcerias com outras instituições de ensino a distância.

10. A promoção dos atuais docentes e docentes e/ou a contratação de novos docentes de carreira deve sempre ser feita tendo em vista a ideia de transição geracional. Sendo o atual corpo docente ainda, em média, jovem, é também aconselhável coordenar promoções com objetivos de pesquisa e publicações internacionais relacionadas. Dessa forma, um bom nível de qualidade das publicações do corpo docente poderá ser alcançado de forma sustentável, favorecendo também mudanças positivas na classificação do centro de pesquisa ao qual o CE está associado.

Finalmente, esta CAE sublinha o bom trabalho já realizado na promoção online do CE, demonstrando a utilização profissional e estratégica dos meios tecnológicos disponíveis na Universidade Católica, bem como reflexão dedicada à explicitação da relação deste CE em filosofia com a missão da UCP em geral e da FCH (Lisboa) em particular.

12.2.Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

12.3.Período de acreditação condicional (se aplicável):

3

12.4.Condições:O curso deve ser acreditado condicionalmente por 3 anos.

A coordenação do curso, em articulação com a direção da Faculdade de Ciências Humanas (UCP), deve envidar esforços e os recursos materiais e humanos disponíveis na UCP para definir tarefas com vista a atingir os seguintes objetivos.

1. Orientar as publicações do corpo docente para um nível mais consistente de internacionalização e exigência científica, legível em métricas aplicáveis às áreas de investigação em causa.
2. Produzir materiais pedagógicos relativos às diferentes disciplinas lecionadas, escritos pelos próprios responsáveis das unidades curriculares, na modalidade de publicações internas (da UCP) ou externas (em editoras académicas não afetas à UCP).
3. Nos anos de acreditação condicional apresentar, sistematicamente, um nível credível de eficiência formativa, com um número de graduados superior a 1/3 das 30 vagas disponibilizadas.
4. Introduzir um sistema de acompanhamento tutorial eficaz, com distribuição de alunos por docente(s) e horário de acompanhamento incluído na distribuição de serviço docente, no sentido de reduzir o nível de desistência estudantil atualmente registado.
5. Verificando que não é possível atingir as metas definidas nos pontos anteriores, em tempo útil, deve a coordenação de curso, em articulação com a direção da Faculdade de Ciências Humanas (UCP), decidir sobre o seu futuro, nomeadamente deve decidir: a) se prossegue nos moldes atuais de curso de b-learning ou se evolui para outro modelo; b) se considera que a atual oferta formativa não se justifica mais e se deve canalizar, em consequência, o seu corpo docente para atividades mais produtivas no quadro da UCP.